

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Contribuições da interdisciplinaridade na formação de professores/as: diálogos entre Geografia e História, com ênfase na disciplina Geografia dos Movimentos Sociais



Janine Soares da Rosa de Moraes*
Maria Helena Tomaz**
Carina Inserra Bernini***

Resumo: O presente estudo discute a formação de professores, práticas pedagógicas e diversidades étnicas, abordando ações interdisciplinares entre Geografia e História, a partir de uma atividade de campo realizada em Santa Catarina, na Comunidade Quilombola Morro do Fortunato e na Terra Indígena Morro dos Cavalos, do povo Guarani, para a disciplina de Geografia dos Movimentos Sociais. O objetivo geral é apresentar contribuições interdisciplinares para a formação do professor/a. Os objetivos específicos são: apresentar práticas pedagógicas que contribuem para formação de professores em diferentes espaços; compreender a diversidade étnica a partir experiência de campo; desenvolver um olhar sensível e habilidades de observação; e identificar e problematizar o preconceito e o racismo como desafios que se colocam para a educação no século XXI. A metodologia é baseada em aula expositiva com pesquisa bibliográfica, fichamento de textos e pesquisa de campo, com a visita às comunidades que representam movimentos sociais com iniciativas pedagógicas bem-sucedidas, que auxiliam confrontar práticas historicamente discriminatórias e naturalizadas. Nos resultados, temos a potência da interdisciplinaridade para a formação de professores/as, contribuindo para uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade e a melhoria da qualidade na educação.

Palavras-chave: Formação de Professores/as. Interdisciplinaridade. Relações Étnico-raciais.

* Graduada em Licenciatura em História-FAED na Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Bolsista do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB/UDESC. Secretária da Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades-UDESC. Com estudos voltados para Educação e Relações Étnico-Raciais, Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior e Ensino de história. Contato: neabjaninesoares@gmail.com

** Doutora em Geografia Humana. Professora Colaboradora do Departamento de Geografia FAED/UDESC Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/UDESC. Contato: cibernini@gmail.com

*** Mestre em Educação-FAED na Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Técnica em Educação no Centro de Educação a Distância CEAD/UDESC. Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/UDESC. Vice-Presidente da Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades-UDESC. Contato: helenadpad@gmail.com

Gosto de explicar essas coisas para os brancos,
para eles poderem saber.
Kopenawa, 2015

Introdução

Os estudos foram desenvolvidos na disciplina de Geografia dos Movimentos Sociais, no segundo semestre de 2018, com a participação de alunos/as dos cursos de licenciatura em Geografia e História, do Centro de Ciências da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Nesta vivência acadêmica, estudamos e nos debruçamos sobre a compreensão das relações étnico-raciais em diferentes espaços escolares, a fim de contribuir na luta antirracista. Realizamos a visita de campo às comunidades tradicionais da Terra Indígena Morro dos Cavalos em Palhoça, na Tekoá Yakã Porã, e no Quilombo Morro do Fortunato, em Garopaba, ambos territórios em Santa Catarina.

Na ocasião, nos perguntamos quais as contribuições da interdisciplinaridade entre Geografia e História e como a experiência em diferentes comunidades e espaços escolares poderia contribuir para a formação de professores/as. Com o aporte da educação para as relações étnico-raciais, percebemos que os futuros/as educadores/as, podem sair desta disciplina como aliados/as na luta antirracista e com uma visão mais ampla das tensões existentes em nossa sociedade e, assim, mais preparados/as para fazer a diferença nos diferentes espaços educacionais e enfrentar os desafios da escola no século XXI.

Entendemos ser importante para o/a professor/a compreender a história dessas populações, analisando relatos orais, fontes, autores, conquistas e dificuldades vividas em sua luta por permanência em seus territórios. Ações como estas somam-se à luta antirracista e favorecem possibilidades de diálogo entre docentes e discentes, com vistas a uma sociedade mais democrática e equânime, apontando para uma ruptura na invisibilidade imposta aos grupos historicamente subalternizados, como os povos originários e tradicionais da Terra Indígena Morro dos Cavalos e do Quilombo Morro do Fortunato.

Este trabalho insere-se no campo de pesquisa mais amplo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UDESC, desenvolvido pela equipe de bolsistas e professores/as do Projeto Observatório de Educação e Relações Étnico-Raciais em Santa Catarina – OBERER/NEAB/UDESC, que tem por objetivo prestar assessoria

aos gestores/as e professores/as de instituições públicas e privadas da área de educação, para o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 e valorização das culturas africana, afro-brasileira e indígena. O NEAB/UDESC existe desde 2003 e tem como finalidade auxiliar a Universidade na produção e disseminação do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento de políticas de diversidade étnico-racial, promoção de igualdade e valorização das populações de origem africana e indígena. É importante também ressaltar o Programa Memorial Antonieta de Barros, que, ao longo de seus mais de 17 anos, vem desenvolvendo ações de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa em nível estadual e internacional.

O objetivo geral do artigo é apresentar as contribuições de ações curriculares interdisciplinares para a formação do/a professor/a. Os objetivos específicos são: apresentar práticas pedagógicas que contribuem para formação de professores em diferentes espaços; compreender a diversidade étnica a partir experiência de campo; desenvolver um olhar sensível e habilidades de observação; e identificar e problematizar o preconceito e o racismo como desafios que se colocam para a educação no século XXI.

Na conclusão deste trabalho, descrevemos as contribuições desta experiência, que poderá ser pensada como um recurso em sala de aula ou formação dos/as professores/as, contribuindo, assim, para o combate ao preconceito, ao racismo e à criminalização dos movimentos sociais e possibilitando o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Desenvolvimento

Compreender as desigualdades que vivemos na América Latina e como estas desigualdades nos atravessam de diferentes formas é fundamental para a constituição da práxis do/a professor/a. Na realidade brasileira, temos muitos desafios a enfrentar no cotidiano da escola, e os/as profissionais da educação têm papel fundamental nesse enfrentamento. É pensando nas limitações e potencialidades desta experiência educativa para docentes e discentes, que a formação de professores torna-se um momento importante para ampliar nossa ação cidadã e possibilitar alterações nesta realidade. Nesse processo de formação, é imprescindível realizar reflexões acerca do currículo, que é engendrado nas regulações existentes do conhecimento acadêmico e escolar, porém com possibilidades de promover mudanças nos territórios e narrativas curriculares e, também, nas tensas e ricas disputas estabelecidas no campo das reconfigurações da

cultura e das identidades dos sujeitos envolvidos, produzidas pela diversidade de movimentos e ações coletivas.

Por esse viés, a formação de professores não pode estar direcionada para privilegiar a homogeneização por meio da uniformidade dos currículos, conteúdos e conceitos científicos. Essas questões implicam desvelar o conservadorismo existente em relação à democratização do conhecimento nos materiais didáticos com abordagens hegemônicas na racionalidade técnica, que impõe uma abordagem única de conteúdos sequenciados que compõem a rigidez do ordenamento curricular. Para uma mudança, várias são as estratégias de trabalho e de formação que, subsidiadas por uma visão de currículo como projeto em movimento, consideram as singularidades dos sujeitos e dos diferentes grupos que compõem o tecido social e retomam a discussão referente à abordagem de conceitos, organização de conhecimentos, ressignificação de disciplinas, tempos, espaços, ações e procedimentos pedagógicos. Em meio essas ações, a interdisciplinaridade surge como uma das alternativas concebidas como elo entre as abordagens das disciplinas nas suas mais variadas áreas, diálogo e interpenetração de outras formas de conhecimento. Dentro desse contexto, Fazenda (2007), ao conceituar o termo interdisciplinaridade, explicita que:

[...] o ensino interdisciplinar nasce da proposição de novos objetivos, de novos métodos, de uma nova pedagogia, cuja tônica primeira é a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica. Para tanto, faz-se necessário a eliminação das barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas que pretendem desenvolvê-las. (FAZENDA, 2007, p. 33).

Com essa abordagem, o trabalho interdisciplinar contribui para a apropriação de conhecimentos e produção de saberes (inter)relacionados que viabilizam outras formas de leitura de contexto da realidade, conforme afirma Fourez (2002):

O paradigma da interdisciplinaridade baseia-se no pressuposto de que certas situações não podem ser dominadas no quadro de um paradigma disciplinar particular e exigem a articulação de diferentes contribuições disciplinares. Este olhar integrador, que liga as disciplinas, constitui verdadeiramente uma grelha de leitura específica, determinando uma forma de investigar o real e de construir saberes. (FOUREZ, 2002, p. 52).

É importante pensar as especificidades das disciplinas apresentadas neste trabalho. Nesse sentido, optamos por utilizar a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), para pensar as orientações curriculares atuais, pois compreendemos a importância, como educadoras, de nos apropriarmos da discussão deste importante e recente documento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não serão utilizados aqui, mas entendemos sua importância como documento histórico para a educação brasileira. As disciplinas podem ser entendidas como um conjunto de conhecimentos identificados por um título, com uma organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e a formas próprias para sua apresentação (FONSECA, 2006). A História assim como a Geografia têm uma função social e política: a primeira disciplina nos dá a possibilidade de, olhando para o presente, buscar as possíveis causas no passado, no entendimento de continuidades e rupturas; a segunda disciplina nos coloca em contato com o espaço de forma crítica e reflexiva. Na BNCC, na etapa do ensino fundamental, temos:

Embora o tempo, o espaço e o movimento sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. (BRASIL, 2017, p.353).

E na etapa do ensino médio, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o mesmo documento traz as ideias de justiça, solidariedade e autonomia, além da compreensão e do reconhecimento das diferenças, do respeito aos direitos humanos, da interculturalidade e do combate aos preconceitos de qualquer natureza.

A partir dessas considerações, dois desafios se colocam: o redimensionamento do currículo no nível do conhecimento teórico e a construção do fazer prático. Nesse sentido, a proposta da atividade em questão procurou articular a discussão teórica sobre interdisciplinaridade e ações interdisciplinares com a prática docente e acadêmica dos diversos saberes que compõem a área de Ciências Humanas. Mais especificamente no desenvolvimento de uma atividade de campo (Figura 1), que relaciona de forma interdisciplinar a Geografia e a História, podemos direcionar olhares sensíveis que contribuem para o exposto acima: a) observações sobre a paisagem e a diversidade de usos da terra no trajeto da viagem (relevô, vegetação e usos rurais e urbanos); b) condições

de acesso aos recursos nos territórios visitados (tipo de relevo e de solo, disponibilidade de água); c) origens das comunidades visitadas (história da chegada e ocupação do território); d) formas de uso da terra e da natureza (relações de trabalho, processo produtivo e destino da produção); e) formas de organização comunitária (associativismo e cooperativismo); f) reprodução da comunidade (ritos, festas, escola, saúde); g) situação legal dos territórios e relação com outras escalas da sociedade; e h) relação com o entorno e conflitos.

Figura 1: Quilombo Morro do Fortunato – Garopaba/SC



Fonte: arquivo pessoal.

O levantamento desses dados em campo poderá ser analisado à luz das questões que estudamos em sala de aula. Primeiramente, devemos considerar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, garante o direito imprescritível às terras tradicionalmente ocupadas por povos originários. O Decreto Nº 4.887/2003 regulamenta a “identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos”, e o Decreto Nº 6.040/2007 “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Uma vez que a existência e permanência das comunidades apresentadas neste território é garantida por lei, deve ser empenho de toda a sociedade civil, especialmente no âmbito da educação, a responsabilidade cidadã com esta causa, como reparação ao genocídio, processo de escravização e desrespeito com os povos originários e quilombolas.

Outro aspecto importante para potencializar a formação de professores/as e a compreensão das relações étnico-raciais em nossa sociedade é conhecer a história destas comunidades, seus movimentos de luta por terra e pela realização da reforma agrária. Desde o final da década de 1850, a terra passa a ter uma importância estratégica e monetária muito forte. Neste momento, quando

a terra se torna mercadoria, o acesso a ela é muito dificultado para os povos que nela vivem; surge, assim, a necessidade de diferentes povos do campo, ribeirinhos, quilombolas e indígenas se organizarem.

Entretanto, a luta se inicia muito antes, com a ideia do colonialismo no Brasil; ou seja, desde sempre, os trabalhadores rurais que vivem do que produzem ou que necessitam da terra para sobreviver não têm direito a ela, não eram enquadrados juridicamente, não havendo uma identidade camponesa. Durante o período da colônia, aqueles que não eram escravizados reproduziam suas famílias a partir da posse, à margem do sistema oficial de concessão de sesmarias. Com a abolição e a Lei de Terras, esses camponeses, os africanos escravizados e também os povos originários passam a acessar a terra a partir da parceria (trabalho da família na terra de fazendeiros), ou pagando altos preços pelo arrendamento. Eram vistos como caboclos e agregados, mas não como trabalhadores, e a estratégia para permanecer na terra passa a ser a migração ou a resistência à expropriação por meio da luta. Os movimentos sociais por reforma agrária espalham-se por todo o País, como, por exemplo, as revoltas de Canudos e Contestado, ainda no começo da República, e, posteriormente, entre os anos 1940 e 1960, com as Ligas Camponesas. É a disputa pela terra que estabelece o confronto entre camponeses e grandes fazendeiros. Esta história será marcada por lutas e conquistas, mas também por muita opressão (MARTINS, 1983).

Na história do Brasil, existe uma tendência de criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante compreender que os diferentes movimentos sociais e sua luta pelo direito à terra têm uma relação direta com a terra e também com a geografia; dessa forma, conseguimos compreender a geografia dos movimentos sociais. A partir das leituras em sala e no campo, conseguimos perceber que os movimentos sociais, com sua organização e especificidades, organizam novas formas de apropriação e identificação dos espaços. Nesse contexto, conseguimos fazer uma aproximação com os movimentos indígenas, de luta e resistência por seus territórios tradicionais. Entender os movimentos sociais, suas implicações na educação e na relação com os espaços geográficos nos proporciona uma visão ampliada de nossa sociedade. A importância das lutas por direitos está em como elas dinamizam e contribuem para a democracia, no sentido que expõem as formas de injustiça, denunciando os abusos do Estado e da sociedade (PODON, 2013).

Outra questão delicada percebida na visita de campo refere-se às Unidades de Conservação, que têm

regulamento próprio e, muitas vezes, não se compatibilizam com os modos de vida das comunidades ou, ainda, tiram o direito da comunidade a participar dos conselhos deliberativos da Unidade de Conservação. Isso dificulta o manejo da terra e seus processos produtivos, impedindo sua subsistência e permanência neste território.

Para os povos originários, não é diferente, conforme aponta Sônia Guajajara, em sua fala sobre “Política, questão indígena e luta pelo território ancestral”, no ano de 2018. Os ataques aos indígenas não se restringem somente a suas terras e integridade física, mas também a instituições que deveriam apoiar e contribuir para a concretização de seus direitos, sendo a FUNAI um desses exemplos. Por todo o Brasil, são mais de 305 povos e, diferente do que propaga a opinião pública, os povos originários não estão concentrados somente no norte do País. Além disso, há o registro de pelo menos 26 povos autônomos que estão sem contato com o mundo do não indígena. Sônia descreve a violência e o desrespeito aos povos indígenas e aos direitos humanos no período de ditadura militar.

Também apresenta o processo de fortalecimento, com a abertura democrática do país, a partir da criação de associações regionais e nacionais de organização e apoio aos indígenas. Entretanto, aponta que o momento atual é de luta para manter os direitos já conquistados, para não perder o que a morte de muitos indígenas conquistou.

O Brasil, com sua postura oligárquica, não deixa brechas para a instalação de uma forma social que possa diminuir os privilégios da elite. Este posicionamento, muito alinhado com os interesses de nações que defendiam o capital como os Estados Unidos da América, gera o golpe de 1964 e as drásticas repressões ao povo brasileiro até os dias de hoje. Mesmo com a aprovação do Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30/11/64) e com a Constituição de 1988, as mudanças não são efetivas. Desse fato, ocorre uma afirmação da propriedade privada, do domínio da terra pela elite latifundiária. Os grandes latifundiários mantêm seus domínios pela terra expulsando os nativos indígenas e expulsando, explorando ou matando os camponeses. Sua forma de operar com a terra geralmente ocorre com a grilagem e o desmatamento. Como não há uma divisão justa de terras, e há uma invisibilidade do posseiro na utilização dela, temos vários conflitos no País por conta de terras, ao longo da história. Ou seja, povos originários no Brasil reivindicam seu espaço de direito, comunidades quilombolas e famílias que vivem do trabalho no campo reivindicam seu direito, mas quem sai ganhando são os grandes latifundiários em um sistema que visa unicamente a reprodução do capital. Uns

exigindo direitos e outro defendendo privilégios.

Com base nas experiências em sala de aula com a disciplina e no campo (Figura 2), percebemos, ao longo deste trabalho, a importância de articulações interdisciplinares entre Geografia e História. Conforme afirma Andreola (2010, p. 229), em seu verbete sobre interdisciplinaridade, no “Dicionário Paulo Freire”, “A interdisciplinaridade é estabelecida por Freire como requisito para uma visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real.” Também o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX, em 2012, apresenta, em sua concepção de extensão, a diretriz: “a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão” (GADOTTI, 2017, p.03), para a formação e graduação, não só dos profissionais da educação.

Figura 2: Terra Indígena Morro dos Cavalos-Palhoça/SC, sala de aula em construção



Fonte: arquivo pessoal.

O trabalho na disciplina Geografia dos Movimentos Sociais é fundamental para ampliar a visão a respeito da realidade dos movimentos sociais no Brasil e de como eles se relacionam com os espaços geográficos que ocupam. Essa perspectiva da unidade e da totalidade do real é fundamental para atuação em sala de aula, visto que, ao tratar dos povos tradicionais, devemos levar em conta suas histórias e também sua geografia, compreendendo de forma mais abrangente a história local, as permanências, continuidades e mudanças nos modos de vida e resistência. O campo proporcionou a possibilidade de ouvir suas próprias narrativas, fundamentais para que possamos entender sua verdadeira história; a partir delas, construímos uma visão que valoriza e respeita a diversidade.

Conforme o Instituto Socioambiental, em dados detalhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o Censo 2010, no Brasil

existem 305 etnias, que falam 274 línguas. Entender esses dados é importantíssimo, para que professores/as e a sociedade civil compreendam por exemplo, que o termo “índio” é uma redução e generalização, que não representa a diversidade dos povos originários. A riqueza étnica e cultural do Brasil deve ser levada em consideração, especialmente quando falamos de valorização e direito ao território.

Por esse motivo, entendemos a educação das relações étnico-raciais fundamental para a formação de uma sociedade que consiga conviver com o direito dos povos indígenas e quilombolas. Kerexu, liderança da Tekoa Itaty, destaca, em seu discurso, no primeiro dia de palestras na 13ª Semana Cultural, em abril de 2018, que:

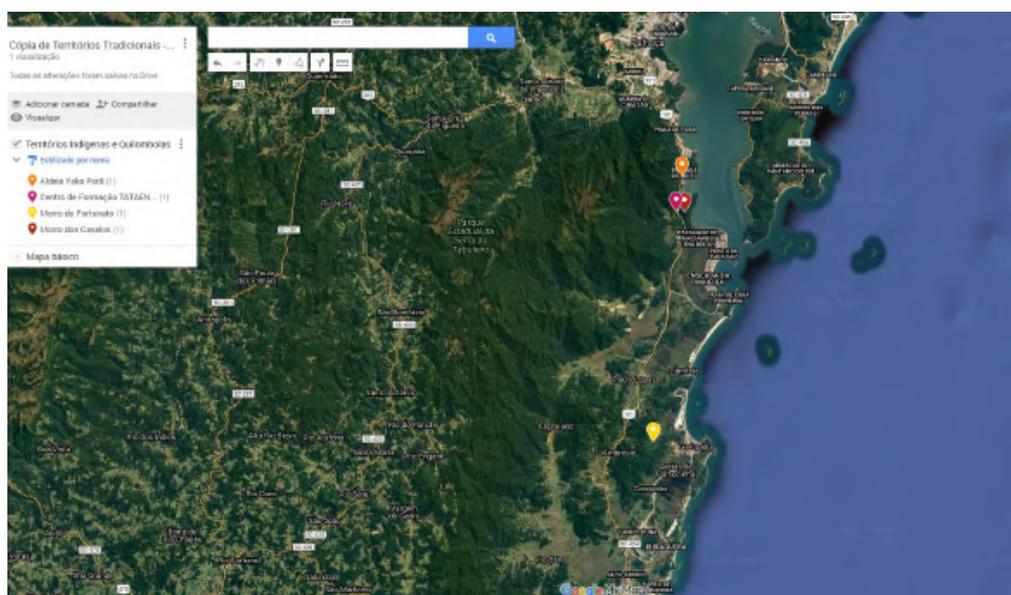
O Guarani é um povo muito espiritual, e entende toda a natureza como espíritos vivos, assim todo guarani sabe que a terra não lhe pertence, pois a terra é um ser vivo, e não podemos demarcar e nos apropriar de um ser vivo, mas todo Guarani também sabe que pertence a sua terra pois não pode viver sem a terra, o rio, o mar, o sol, as plantas e os animais. O que nós, povo originários queremos é o direito de viver na terra de nossos ancestrais. (KEREXU, 2018, 13ª Semana Cultural).

Em resumo, essas são algumas das contribuições das ações interdisciplinares entre Geografia e História, especialmente no que se refere a conhecimentos e experiências adquiridas no estudo da disciplina de Geografia dos Movimentos Sociais. O/a professor/a que passa por esta vivência tem elementos e possibilidades de atuar na luta antirracista, entendendo a importância da educação como um processo de ensino-aprendizagem que contribui para formação da população brasileira com vistas ao estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. E dando visibilidade a todos os sujeitos que participaram da história deste País. Nesse sentido, gostaríamos de encerrar esta parte com um trecho do livro “A Queda do Céu”, de Davi Kopenawa, que conclui, com sabedoria ancestral, muito do que temos a aprender com os povos originários e quilombolas, estamos todos interligados:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa os espíritos Xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os Xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA, 2015, p. 06)

O estudo apresentado neste artigo gerou um material didático que contribuirá para uma educação das relações étnico-raciais, questão fundamental para ser estudada e aplicada na educação básica, conforme preconiza a Lei Nº 11.645/2008. No referido material, utilizamos a ferramenta Google Maps para localizar no mapa as comunidades visitadas. Assim, ao clicar-se na barra lateral à esquerda é possível acessar informações sobre a localidade de cunho histórico para subsidiar as aulas ou visita de campo.

Figura 3: Material didático Territórios Tradicionais



Fonte: goo.gl/eWKPL3

Considerações finais

Após as leituras e experiência de campo, percebemos muitas contribuições referentes às ações interdisciplinares entre Geografia e História para formação de professores/as. A construção de sentido do conceito de interdisciplinaridade na articulação do campo teórico com o contexto da prática subsidiou articulações, construções e proposição de atividades entre diferentes disciplinas e campos de abordagem. Dessa forma, conseguimos ampliar nossa visão e conhecer a geografia dos territórios das comunidades visitadas. A interação com os sujeitos nos proporcionou uma visão abrangente e real de suas histórias, necessidades e conquistas. A prática desse olhar sensível que observa vários aspectos, fazendo conexões entre o tempo histórico destas comunidades

com seus espaços geográficos, a partir da sistematização dos dados observados, anotados e pesquisados, proporciona um exercício de reflexão fundamental para subsidiar a prática docente que valoriza a diversidade e a educação das relações étnico-raciais.

Para finalizar, almejamos que este estudo seja uma contribuição consistente para o percurso formativo de professoras e professores da educação básica. Com essa intencionalidade, disponibilizamos o link goo.gl/eWKPL3, no qual a/o docente poderá ter acesso a informações pontuais e fotos dos locais, para, em sala, problematizar as relações entre Geografia, História, Movimentos Sociais e Direitos Humanos. Este trabalho é fruto de um recorte teórico metodológico e, assim como toda pesquisa, pode e deve ser questionado e ampliado. ■

Referências

- ANDREOLA, Bauduino. *Verbetes Interdisciplinaridade*. In: STRECK, Danilo (org.) *Dicionário Paulo Freire*. 2ª ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- ANTUNES, Eunice et al. *Demarcação da terra indígena morro dos cavalos – Palhoça/SC - 2014 Cronologia dos Acontecimentos Relevantes - Duas décadas de mobilização pela efetivação de direitos territoriais constitucionais-1993 – 2014*. Disponível em: <http://campanhaguarani.org/morrodoscavalos/wp-content/uploads/2014/03/Cronologia-TI-Morro-dos-Cavalos-27-03-14.pdf>. Acesso em: 10 ago. de 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org). *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, Coleção Educar 13, 2007.
- FONSECA, Thais Nívea de Lima. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FOUREZ, Gérard. *Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade: novas disciplinas?* In: MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. *Abordagens didáticas da interdisciplinaridade*. Lisboa, Instituto Piaget, 2008. p. 52.

- GONÇALVES, João Batista. Enoterritorialidade e a homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. 2015. Nº pág. 46. Trabalho de Conclusão de curso – TCC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis/SC. 2015.
- GUAJAJARA, Sônia. Política, questão indígena e luta pelo território ancestral. In: BERNINI, Carina I. et al. Perspectivas de Natureza: Geografia, formas de natureza e política. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018. p. 209-230.
- GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Brasil. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.
- KEREXU, Elizete. Relato Oral da Liderança Tekoa Yakã Porã. 13 Semana Cultural e Lançamento da Campanha pela Homologação da T.I Morro dos Cavalos. Disponível em: <https://www.facebook.com/Conexaolaty/photos/a.1412419612195614/1412420725528836/?type=3&theater>. Acesso em: 10 abril 2018.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.
- PEREIRA, Nilce P. Desafios e conflitos das comunidades quilombolas em face da política ambiental brasileira. In: BERNINI, Carina I. et al. Perspectivas de Natureza: Geografia, formas de natureza e política. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018. p. 231-242.
- PEDON, Nelson Rodrigo. Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- STRECK, Danilo, et al. Dicionário Paulo Freire. - 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.